

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.957 - PR (2019/0280219-3)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : MARLI APARECIDA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADOS : JORGE LUIZ MARTINS - PR014939**  
**ANGELICA ONISKO - PR060820**  
**RECORRIDO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**  
**ADVOGADOS : NEY JOSE CAMPOS - MG044243**  
**HERICK PAVIN - PR039291**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 222-223):

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO MORAL CAUSADO POR RETENÇÃO INDEVIDA DE PROVENTOS. 1. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. VEROSSIMILHANÇA E HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADAS. INDEFERIMENTO MANTIDO. 2. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. PLEITO DE PRODUÇÃO DE PROVA GENÉRICO. PROVA TESTEMUNHAL E DOCUMENTAL DESNECESSÁRIAS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. 3. RETENÇÃO DE PROVENTOS PARA QUITAÇÃO DE CONTRATOS BANCÁRIOS. RENÚNCIA À PRETENSÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INOCORRÊNCIA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DE CLAÚSULA DE ACORDO FIRMADO EM SEDE DE AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. TRANSAÇÃO QUE SE RESTRINGIU À ABSTENÇÃO DE RETENÇÃO DE VALOR. 4. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONDUTA ILÍCITA. MERO DISSABOR. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. 5. SUCUMBÊNCIA. MANUTENÇÃO DO ÔNUS.

1. Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, a facilitação da defesa dos direitos do consumidor, com a inversão do ônus da prova em seu favor, se dará a critério do juiz, que, segundo as regras ordinárias de experiência, poderá identificar na relação de consumo a hipossuficiência do consumidor ou, ainda, a

# *Superior Tribunal de Justiça*

verossimilhança das alegações do mesmo, hipóteses não caracterizadas no caso.

2. Afasta-se a alegação de cerceamento de defesa quando a pretensão da parte para a produção de prova está pautada em alegações meramente genéricas, desprovidas de elementos mínimos.

3. A transação deve ser interpretada restritivamente, sobretudo porque a renúncia de direitos deve ser sempre expressa, não podendo ser considerada por presunção.

4. Não configura dano moral o desconto de valores devidos pelo correntista, pois mesmo que a retenção tenha se dado sobre verba salarial, não há conduta ilícita na cobrança de quantia efetivamente devida. A retenção descabida de verba salarial não implica necessariamente na ocorrência de dano moral.

5. O ônus de sucumbência deve ser distribuído considerando o aspecto quantitativo e o jurídico em que cada parte decai de suas pretensões.

Apelação Cível não provida.

Nas razões do especial, alega a recorrente violação dos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil de 2002, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta a necessidade de reparação por dano moral, pois a "retenção de salário confiado em depósito ao banco recorrido resulta em manifesto desrespeito ao ordenamento jurídico" (e-STJ, fl. 267).

Aduz que a retenção de verba alimentar destinada ao trabalhador implicou severa violação de direito fundamental.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 290).

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 307-308 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que o acórdão recorrido foi publicado depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

O Tribunal de origem, com base nos fatos e nas provas dos autos, assim consignou (e-STJ, fls. 226-234):

# *Superior Tribunal de Justiça*

No caso, analisando as particularidades dos autos, verifica-se que a apelante teve acesso aos seus extratos, tendo inclusive se insurgido contra a retenção de seu salário.

Note-se, ademais, que embora sustente a sua vulnerabilidade frente à apelada, não apresentou nenhum fundamento capaz de evidenciá-la. Pelo contrário, tratando-se unicamente de pedido de indenização por danos morais, a prova dependeria somente da autora.

Na realidade, a autora parece querer atribuir a parte contrária o dever de produzir prova contra si mesma, o que não se mostra razoável.

Portanto, não demonstrada verossimilhança das alegações, tampouco a vulnerabilidade e/ou hipossuficiência que justifique a inversão do ônus da prova, deve ser mantido o seu indeferimento.

(...)

Melhor sorte não assiste à apelante quando sustenta que o indeferimento da produção de prova e o julgamento antecipado da lide violaram os princípios do contraditório e da ampla defesa.

É que a análise dos autos revela a impertinência da prova requerida, já que o pedido de dilação probatória foi manifestamente genérico e desprovido de elementos concretos que pudessem demonstrar a necessidade de oitiva de testemunhas para a solução da controvérsia (mov.40.1.). Note-se, que embora tenha pleiteado a juntada de todos os extratos da conta corrente, tais documentos, por si só, não são capazes de comprovar o abalo moral supostamente sofrido.

Ademais, verifica-se que a apelante requereu a prova testemunhal e a oitiva do preposto do réu, mas sequer demonstrou como tais testemunhas poderiam ajudar nos esclarecimentos dos fatos alegados.

Sendo assim, não há que se falar em cerceamento de defesa pelo indeferimento de produção de prova, pois o pedido genérico, desprovido de informações mínimas para a produção, torna infundada a pretensão de instrução probatória.

(...)

Não bastasse, cumpre lembrar, que sendo o Juiz o destinatário da prova, cabe a ele decidir acerca do cabimento e da necessidade da produção da prova, fundando-se no seu livre convencimento motivado, nos termos dos artigos 370 e 371, do CPC/2015.

# *Superior Tribunal de Justiça*

(...)

Pois bem. Em que pese o reconhecimento da retenção ilegal do salário do correntista na ação 0031543-46.2013.8.16.0001, para que haja o dever de indenizar por dano moral, é necessária a ocorrência de situações vexatórias e humilhantes, com evidente prejuízo à honra e à imagem do ofendido, o que não se verificou no caso em tela.

No caso concreto, entende-se que os transtornos e prejuízos alegados pela parte autora são decorrentes da má administração de seus débitos e configuram mero dissabor, não tendo o condão de acarretar o dano moral.

Não bastasse, embora a entidade bancária não possa apropriar-se dos vencimentos depositados em sua agência para a quitação de dívidas decorrentes de contratos bancários, tendo em vista a proteção constitucional ao salário, certo é que subsiste o direito de crédito da instituição financeira, a qual poderá utilizar-se dos meios judiciais cabíveis para a cobrança do que entende devido.

Dessa forma, nota-se que os débitos realizados na conta corrente da autora, anteriormente ao ajuizamento da ação inibitória, são válidos, pois foram realizados em decorrência da relação contratual existente entre as partes.

Nesse contexto, não se encontra presente a conduta ilícita do agente financeiro capaz de configurar dano moral.

(...)

Sendo assim, embora se reconheça que a situação criada causou à parte autora certo aborrecimento, não houve dano moral, suscetível de indenização.

Portanto, deve ser mantida a sentença que julgou improcedente o pedido inicial, ainda que por fundamento diverso.

Com efeito, anoto que a desconstituição da conclusão do acórdão recorrido, no sentido de não restar configurado o dano moral pretendido pela recorrente, demandaria o reexame do acervo fático e probatório dos autos, procedimento que, em sede de especial, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem incursão no contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.
2. No caso concreto, o Tribunal examinou o conjunto probatório para concluir que não ficou comprovado fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do autor. Alterar tal conclusão demandaria nova análise das provas, inviável em recurso especial.
3. Conforme entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, tratando-se de obrigação positiva líquida e com termo certo, os juros de mora devem incidir a partir de seu vencimento.
4. Agravo interno a que se nega provimento.  
(AgInt no AREsp 935.238/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12.9.2017, DJe 21.9.2017)

Observo ainda, que a recorrente não atacou os fundamentos no recurso especial relativos ao ônus da prova, a impertinência da prova requerida, a ausência de comprovação do abalo moral sofrido, ao livre convencimento motivado do juiz, ao fato de que os transtornos e prejuízos alegados decorreram da má administração de seus débitos e de que os descontos realizados em sua conta corrente se deram em decorrência da relação contratual existente entre as partes, sendo, portanto, válidos, motivo pelo qual a argumentação exposta não possui elementos aptos a infirmar as razões lançadas no acórdão recorrido, aplicando-se, na espécie, por analogia, o óbice das Súmulas 283 e 284/STF.

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. 2. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283 DO STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. 3. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. 4. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...)

2. O Superior Tribunal de Justiça reputa inadmissível o recurso especial que não impugna fundamento autônomo e suficiente à

# *Superior Tribunal de Justiça*

manutenção do aresto recorrido (Súmula 283 do STF).

(...)

5. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.433.307/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20.5.2019, DJe 24.5.2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. ALEGAÇÕES DE INDÍCIOS DE DOLO, COAÇÃO E ERRO E DE INVALIDADE DO ACORDO CELEBRADO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. SÚMULAS 283 E 284/STF. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

2. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamentos autônomos e suficientes à manutenção do acórdão recorrido atrai o óbice das Súmulas 283 e 284 do STF.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.272.798/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 16.8.2018, DJe 24.8.2018)

Por fim, com relação ao apontado dissídio jurisprudencial, ressalte-se que não se pode conhecer de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, se não estiver comprovado nos moldes dos arts. 1029, § 1º, do Código de Processo Civil/2015; e 255, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno do STJ. Vale destacar que as circunstâncias fáticas e as peculiaridades diferem em cada caso, o que inviabiliza, em regra, o recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial, que se funda em premissa fático-probatória e, particularmente, no caso concreto em que os fatos e provas dos autos não se revelam análogos aos dos paradigmas.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as

# *Superior Tribunal de Justiça*

exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

